

Guilherme Barcelos

CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO ELEITORAL

**O Julgamento da Chapa Dilma-Temer
no Tribunal Superior Eleitoral**

Apresentação de Miguel Tedesco Wedy

Prefácio de Lenio Luiz Streck

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	19
1 INTRODUÇÃO.....	21
2 A JUSTIÇA ELEITORAL NA HISTÓRIA DO BRASIL	31
2.1 A Formação e a Evolução do Estado Brasileiro e “Os Donos do Poder”: o Patrimonialismo Característico da “Terra de Santa Cruz”	32
2.2 O Direito de Voto no Brasil, do Império à República.....	44
2.3 A Criação da Justiça Eleitoral Brasileira e o Pensamento de Assis Brasil.....	52
2.4 A Evolução da Justiça Eleitoral, do Código Eleitoral de 1932 à Constituição Federal de 1988	56
2.5 Competências Típicas e Atípicas da Justiça Eleitoral no Brasil....	61
2.6 O Marco Regulatório do Direito Eleitoral Brasileiro	65
3 A SOBERANIA POPULAR ENTRE A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A JUSTIÇA ELEITORAL.....	73
3.1 Democracia: uma Definição Possível.....	74
3.2 Democracia Direta, Indireta e Semidireta	83
3.3 Soberania Popular – o Povo Soberano na Democracia Representativa.....	87
3.4 Os Direitos Políticos como Condições de Possibilidade para o Regime Democrático.....	90
3.5 Democracia Representativa, Soberania Popular e Justiça Eleitoral: Desnudando um Aparente Antagonismo – Qual o Cerne da Questão, o Decidir ou o como Decidir?.....	105

4	O JULGAMENTO DA “CHAPA DILMA-TEMER” PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	119
4.1	Considerações Inaugurais: Compreendendo o Trajeto da Eleição Presidencial de 2014, do Resultado das Urnas aos Tribunais.....	121
4.2	As Acusações Propostas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB Nacional) e pela Coligação “Muda Brasil” (PSDB/PMN/SD/DEM/PEN/PTN/PTB/PTC/PT do B) Perante o TSE – AIJE 194358 (18.12.2014), AIJE 1547-81 (02.10.2014), AIME 761 (02.01.2015) e RP 846 (02.01.2015)	124
4.3	As Defesas da Chapa Majoritária Eleita no Processo Eleitoral de 2014 – Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB)	129
4.4	A Marcha Processual, do Recebimento das Ações às Sessões de Julgamento.....	132
4.5	A Posição Adotada pelo Ministério Público Eleitoral.....	139
4.6	O Julgamento.....	143
4.7	Uma Parada Necessária – Delimitando o Lugar e os Limites da Fala.....	158
5	A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO DE LENIO STRECK COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ELEITORAL DEVIDAMENTE CONSTITUCIONALIZADA.....	161
5.1	A Crítica Hermenêutica do Direito (Parte I): a CHD em Sua Primeira Fase, a Aproximação com a Filosofia Hermenêutica (<i>Heidegger</i>) e com a Hermenêutica Filosófica (<i>Gadamer</i>) e a Superação do Esquema Sujeito-Objeto pelo Giro Ontológico-Linguístico (<i>Linguistic turn</i>)	164
5.2	A Crítica Hermenêutica do Direito (Parte II): a CHD em Sua Segunda Fase e a Aproximação (Complementar) com a <i>Teoria do Direito como Integridade</i> de Ronald Dworkin.....	179
5.3	A Crítica Hermenêutica do Direito de Lenio Streck e o Controle Hermenêutico e Constitucional das Decisões Judiciais	185
5.3.1	A Constituição que constitui-a-ção e a denúncia da baixa constitucionalidade em <i>terrae brasiliis</i>	185
5.3.2	A crise de paradigmas de dupla face no direito brasileiro: do juiz boca da lei ao voluntarismo judicial – a recepção equivocada de teorias estrangeiras no Brasil.....	202

5.3.3	A diferença e o condicionamento recíproco existente entre regras e princípios e a crítica à indústria principiológica à brasileira – o <i>panprincipiologismo</i>	215
5.3.4	A distinção entre judicialização da política e ativismo judicial	221
5.3.5	A integridade e a coerência na jurisprudência – o art. 926 do novo CPC	234
5.3.6	Os cinco princípios a serem observados no âmbito da interpretação-aplicação dos textos legais e constitucionais ..	242
5.3.7	As únicas seis hipóteses pelas quais o juiz ou o Tribunal não está obrigado a aplicar a lei ou o texto legal	248
5.4	O Ativismo Judicial Eleitoral na Berlinda: uma Crítica Hermenêutico-Constitucional dos Fundamentos do Julgamento da Chapa Presidencial (Eleita em 2014) pelo Tribunal Superior Eleitoral – de como os Votos Vencedores (em Parte) e os Votos Vencidos Não Resistem a um Controle Hermenêutico e Constitucional	250
5.4.1	Fase preliminar do julgamento	252
5.4.2	Fase de mérito do julgamento.....	283
CONCLUSÃO		299
REFERÊNCIAS		313
ÍNDICE REMISSIVO		321